A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

Francisco Diego Soares Farias/Telma Bessa Sales*

Resumo: Nesta ocasião apresentamos uma discussão sobre as concepções históricas presentes na constituição de nossa disciplina que é teórica e prática. Como pensar as várias formas de conceber e narrar o passado. Esta reflexão é fio condutor que orienta a produção historiográfica, trazendo para reflexão – inclusive na prática historiográfica brasileira, o diálogo com as várias formas de conceber ou interpretar o passado. Cada análise ou opção teórica e metodológica marca nosso lugar social que está em pauta no discurso historiográfico hoje.

Palavras-chave: História; concepções; historiografia

Abstract:

On this occasion we present a discussion of the historical concepts in the constitution of our discipline is that theory and practice. We think about the various ways of conceiving and narrating the past. This reflection is thread that guides the historical production, bringing food for thought - including Brazilian historiographical practice, dialogue with the various ways of understanding or interpreting the past. Each option analysis or theoretical and methodological marks our social place that is at stake in historiographic discourse today.

Keywords: History, concepts, historiography

• Francisco Diego Soares Farias é graduando em História e Telma Bessa Sales é professora de História. Ambos são da UVA Sobral.

Introdução

> "Antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outra. Tal é a dupla função do lugar". [1]

É bem oportuno iniciar a discussão com as palavras do teórico francês Michel De Certeau que de imediato lembra a importância de entender a concepção ou concepções de História que sustentam as narrativas historiográficas em qualquer sociedade ao longo do tempo. Importa pensar até que ponto essa concepção permite ou proíbe uma escrita? Como esta escrita se constroi? Que regras ou métodos regem tal prática? Até que ponto esse processo interfere na prática historiográfica? São algumas inquietações que Michel de Certeau nos lembra a partir da epígrafe acima.

Não há como fugir de inquietações que são e serão o fio condutor de qualquer trabalho que se proponha a discutir as concepções da História e as práticas historiográficas que estas primeiras orientam. Vale considerar que nossos argumentos não serão nunca uma única e absoluta proposta, levando em conta nossa limitação epistemológica e principalmente a complexidade que é trabalhar com esse "sistema anônimo", como classifica Michel Foucault que rege a produção discursiva de um campo de saber.

Neste sentido é notório a pluralidade de interpretações ou concepções históricas, principalmente quando tratamos de olhar para dentro de nosso campo disciplinar (um olhar sobre si) para discutir, problematizar conceitos e paradigmas que orientam a produção historiográfica levando em conta o que Marc Bloch afirma sobre a História: "esta não pode ser reduzida a abstrações, a lei, a estruturas"[2] .

A partir dessa observação e das possibilidades desse campo disciplinar inerente as ciências humanas e em especial a História, argumenta-se as possibilidades de se pensar a construção epistemológica dessa ciência e seus conseqüentes reflexos nas práticas historiográficas brasileiras. Em outras palavras, pensar uma arqueologia da História, o que,

---

[1] CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

[2] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o oficio do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editora, 2001.

por conseguinte, leva-nos ao encontro das afirmativas como a de Certeau, elucidada no início dessa discussão, quais sejam, "*o lugar social*" em que cada concepção foi produzida, estabeleceu conceitos, normas, métodos, construiu e desconstruiu narrativas, implicando e exercendo influências.

As concepções históricas, assim como, a própria constituição da disciplina é um processo que vem adquirindo diferentes conotações em cada contexto que é e foi produzido, daí trabalharmos com a reconstrução desse processo entendendo-o no plural (concepções). É importante analisar a metamorfose discursiva que permeou as práticas historiográficas, explicitando o desenrolar de todo o processo construtivo, e de que forma, concluímos que, tais concepções foram assumindo diferentes roupagens ao longo do tempo.

O que nos leva a identificar um processo historicamente construído, que por sua vez, deve ser pensado dentro do contexto social, político e cultural que atravessou em diferentes épocas, culminando com uma dialética histórica e filosófica que contribuiu, sem dúvida, na formação das concepções históricas que fazem parte do metier do historiador.

Na visão de Antonio Gramsci (2010) a relação recíproca entre indivíduos/sociedade, deve ser o carro chefe que orienta a construção historiográfica em qualquer época, produção esta, para o teórico italiano, é sempre coletiva nunca singular ou individual. Esta análise revela o tempo em que o autor viveu e a realidade que experimentou, formando ai uma pluralidade de vozes que fazem ecos em seu texto, que por sua vez, está circunstanciado há um tempo presente ou contemporâneo ao que vive, que o leva a refletir as concepções históricas que lhe foram inerentes.

As concepções historiográficas assim como o campo disciplinar inerente a História não deixa de ser como afirma Bourdieu: "o campo do saber é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo."[3] Este campo concernente a toda ciência, não deixa de olhar para si, elaborando e reelaborando novas concepções que orientam sempre novas práticas. Por isso aqui tratamos o termo concepção sempre no plural, levando em conta as várias concepções que se fazem presentes nas reflexões, não deixando de colocar peculiaridades importantes nas construções discursivas de cada época. Este exercício leva a escavar como um arqueólogo as raízes arqueológicas de nossa ciência, possibilitando estabelecer uma explicação analítica coerente e adequada ao nosso campo de saber.

[3] Apud. BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História:** Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

A busca epistemológica nos levará ao diálogo com teorias ou visões da História (Positivismo, Marxismo, Annales, historia social/cultural e micro história). Paradigmas fundamentais, uma vez que as concepções da História estão intimamente ligadas, ou melhor, foram e são ainda frutos de tais teorias. O importante é perceber a intensidade de tais visões, que refletiram na construção ou desconstrução de tais paradigmas, percebendo, como diz José D'Assunção, "*o interdito: aquilo que se coloca de fora de seus praticantes*" e que, para nós, é um fator preponderante para compreender o que contribuiu para a formação das concepções históricas, assim como, o que direcionou e direciona as práticas historiográficas, que por sua vez, também construiu e constrói as concepções da História.

Esse primeiro exercício de arqueologia das concepções historiográficas sempre ligadas aos paradigmas que povoam os lugares sociais em que estas foram constituídas será, como o leitor vai perceber, de muita valia para realizar a discussão sobre a prática historiográfica brasileira em um movimento ou processo que caracteriza cada época, deixando, sem sombra de dúvidas, legados ainda hoje existentes em nossa historiografia.

História no plural - concepções históricas e práticas

A palavra História origina-se do grego ("istoria"), de onde se difundiu para outras línguas, com exceção dos idiomas germânicos ("Geschichte", em alemão, "Gerchiedenis", em holandês). Tal origem grega é duvidosa, no entanto como ela significa em alemão: como o que sucede ou o que sucedeu e outras vezes subjetivamente, como conhecimento do sucedido, ela tem uma ambigüidade em sua forma. Contudo tanto no grego como no alemão expressão duplo significado, não sofrendo, entretanto, a mesma progressão. A concepção grega, ("istória") significava, de inicio, o investigador, o informante. No alemão, "Geschichte" veio de "geschehen", proceder, e logo passou a significar conhecimento do sucedido.[4]

No entanto a melhor maneira de entender seus significados é analisarmos o desenvolvimento de algumas de suas concepções ao longo do tempo; o que nos leva a três modos de exposição que permeou sua função ou idéia: o *Narrativo*, o *Pragmático* e *Genético*. Como nos mostra José Honório Rodrigues esta divisão proposta por Bernheim e seguida por Bauer, porém originária de Leibniz. A primeira (Narrativa) representada por

[4] RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil:** Introdução metodológica. 5º Ed- São Paulo: Companhia editora nacional, 1978.

Heródoto e Tucidides, que viveram contemporâneas aos fatos que descreveram e portanto apenas os narraram. A segunda (Pragmática) com o objetivo moral de tirar lições morais de acontecimento passados. A terceira (Genérica) consiste "*na história da história*", no julgamento sobre as narrativas e na investigação sobre suas verdades. Essas três concepções da História ao longo do tempo propuseram funções diferentes para o historiador, basta aqui aprofundar mais um pouco o significado de cada uma delas. 1ª) História narrativa: está incluída em uma tradição bem antiga que objetivava registrar fatos e acontecimentos "importantes," tal concepção estava ligada internamente aos gregos (Herótodo 480-425 a.C) como um dos grandes expoente dessa concepção. O historiador tinha como função narrar e explicar os fatos transmitindo aos leitores a própria experiência direta, como testemunhos, ou indireto (objetividade total) trazendo a "*energeia*" dos acontecimentos, "palavra grega que significa "vividez", o sentido da história para eles estava nesse conceito"[5]. 2ª) História pragmática: tem-se um abandono do método narrativo e já é realizado uma investigação que atua no acontecimento histórico. Tucídides (460-400 a.C.) considerado o maior historiador da Antiguidade inaugura o novo período com sua Guerra do Peloponeso, obra de um valor histórico inestimável; para tal concepção a história deveria ensinar e edificar e não apenas contar ou narrar a verdade, como nas palavras de Cícero: "*a história é a grande mestra da vida*". 3ª) História genética ou científica: a concepção moderna dois grandes nomes exprime esse período Leopoldo Ranke (1795-1885) e B.G. Nirbuhr (1776-1831). Pode-se afirmar que a história passa a ter um status de ciência de indiscutível aceitação, uma vez que seu papel é a investigação minuciosa das fontes através de um método que a legitima e lhe da força de veracidade em sua narrativa.

O positivismo

O inicio do século XIX é a época em que a história conquista seu lugar junto às ciências naturais. O historicismo alemão representado na figura de Leopoldo Ranke; surge como um grande paradigma que influenciará uma concepção da história que podia ser entendida dessa forma: separou o estudo do passado das paixões do presente e objetiva narrar à história como na realidade foi.

Os historiadores do inicio do século XIX com seus métodos filológicos do apuro das fontes assim com a utilização das disciplinas auxiliares conseguiram se libertar

---

[5] GUINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdade, falso, fictício. Trad:Rosa Freire d' Aguiar e Eduardo Brandão.-São Paulo: Companhia das letras,2007.

dos procedimentos metodológicos históricos naturais. As influencias sobre tal concepção ou imposições advindas pouco depois de Augusto Conte com sua lei positiva da sociedade deram mais contribuição ou fundamentação a uma História que se propõe ciência. Para esta análise macroteórica da História, do espírito universal, acreditava-se que através da racionalidade cientifica, através da razão, se chegaria a um mundo histórico-social, inteligível. Com Fé na "vitória da Razão que governa o mundo", se faria justiça, igualdade, liberdade. Assim, o conhecimento da história é uma "reflexão do real vivido", o real é racional, a história é sujeito de si mesma.

Esta linha de pensamento vê que o passado é real e deve ser resgatado integralmente. Seria necessário conhecer os fatos "tal como se passaram". O conhecimento histórico é objetivista, válido para todos, é absoluto, um conhecimento-reflexo. O sujeito se anula, vê seu objeto no espelho sem julgar, sem subjetividade. A História desta forma deve ter a imagem exata, a cópia autêntica da realidade dos fatos, uma reconstituição sem nenhuma marca do sujeito.

As reflexões acima pretendem ilustrar, de forma parcial e fragmentada, o debate teórico de uma concepção que buscava romper com uma visão teológica da História, com viés metafísico, religioso e quase mágico da realidade. Este debate foi se construindo desde o séc. XVIII e aponta que a própria historiografia foi se constituindo no bojo destas polêmicas.

As elaborações feitas por Ranke, Seignobos e Langlois, dizem respeito ao esforço de afirmar o estatuto de ciência à História, a supervalorização do método científico/racional. Busca libertar a História das premissas filosóficas com sentido metafísico cheios de especulações para a compreensão da História. Enfim, as elaborações, debates presentes nas escolas nacionais eram contra a visão providencialista da História.

É dentro desta polêmica que muda a concepção de História, não como descrição dos "grandes feitos", mas como uma "explicação" do passado. A partir de então, a História passa a ser uma atividade autônoma, praticada por profissionais, e passou a ser matéria obrigatória nas universidades.

Os autores citados buscavam a autonomia da História, e em 1824, Ranke escreve um texto sobre a figura do novo historiador e uma doutrina para uma "história crítica". Através do método experimental das ciências modernas, propõe trazer para a História, a objetividade e segurança contra as especulações das filosofias.

Esta defesa da História-ciência, de um método científico para atingir a verdade absoluta, da visão de um documento que fala por si só, deve ser contextualizada no debate que consolidou uma análise do caráter científico da História, onde o historiador bastaria encontrar e testar a autenticidade dos documentos, estabelecer uma cronologia documental e factual, e então estaria feito o resgate do passado. Era a produção do conhecimento histórico positivo, com os fatos e suas relações.

Tais proposições foram debatidas e contestadas por Marc Bloch e Lucien Febvre no processo de debate existente entre os diversos estudiosos das ciências sociais. Estes franceses também pretendiam a inserção da História como uma legítima representante das ciências sociais, o que se consolida no fim do séc. XIX e início do séc. XX com reflexões sobre a sua especificidade dentro do saber científico na leitura dos fenômenos sociais e culturais, e, assim a História afirma sua concepção e métodos na construção do conhecimento.

No tocante ao debate entre os que defendem uma perspectiva voltada para uma visão metafísica da história, e aqueles que a afirmam com um caráter científico onde o passado deve ser resgatado tal qual ocorreu, vale pensar nos argumentos de Edward Thompson sobre a lógica histórica e o ofício do historiador, que estão presentes em sua obra “A miséria da Teoria”.

Nesta obra, Thompson enfoca o diálogo contra qualquer tipo de determinismo teórico generalizante e a-histórico, e foca especialmente contra as determinações estruturalistas do marxismo representado por Louis Althusser. Dá ênfase a especificidade da lógica histórica em elaborar conceitos abertos ao diálogo com as evidências históricas.

Enfim, este autor, aponta contra os que pensam que a História nada tem a dizer do passado, pois tudo seria uma interpretação e/ou ação divina, e os que imaginam resgatar o passado como cópia fiel. Thompson afirma que a lógica histórica trabalha no diálogo dos conceitos e evidências. Ou seja, as interpretações históricas situadas no presente debruçam-se sobre as determinações objetivas das evidências, dos processos históricos concretos plenos de experiências.

Nesta perspectiva o conhecimento histórico é seletivo-provisório e em permanente construção com novos documentos, novos olhares se constituindo, colocando sempre em diálogo aberto as hipóteses/conceitos de um lado, com relação as evidências de outro, num

movimento de mútua influência. Os conceitos devem estar abertos ao diálogo com as determinações objetivas concretas das evidências. Importante lembrar aqui as reflexões de Raymond Willians ao discorrer sobre a cultura no seu livro Marxismo e Literatura, no sentido de orientar que "os conceitos que participamos, não são conceitos, mas problemas, movimentos históricos ainda não definidos"

Ao se pensar nestas questões, há um exercício da função do historiador que é, segundo Aróstegui, teorizar sobre a História. Com esta pretensão, é importante ressaltar que a teoria do conhecimento histórico não está separada do método do trabalho historiográfico, embora não se confundam. Assim, ao se pensar na especificidade do conhecimento histórico, torna-se fundamental indagar sobre a concepção que se tem de História. Refletir teoricamente sobre a História equivale a pesquisar, o que e como se manifesta o histórico frente à nossa experiência, como aponta Julio Aróstegui em seu livro "A pesquisa histórica".

Pensando nesta dimensão, compreende-se que em qualquer caminho escolhido pelo historiador, este deve ter presente a lógica própria da disciplina História e como aponta Thompson, repensar velhos problemas com novos olhares, levando em conta reflexões essenciais como: a relação passado/presente, o caráter interpretativo da História, o trato da documentação sempre parcial e seletivo, a criação de conceitos abertos ao diálogo com a pesquisa.

Não há separação entre a teoria do conhecimento histórico e, seu método de trabalho historiográfico e nesse sentido, existem as peculiaridades do método historiográfico, dentro da perspectiva da pesquisa histórico-social que estuda o social em relação ao seu comportamento temporal, ou a pesquisa global do processo temporal das sociedades.

Uma das especificidades seria o trabalho com *fontes* de informações que são os vestígios, escritos, restos, relatos... Na compreensão que as fontes não são dadas, neutras, são construídas. Outro aspecto da especificidade do método seria que a pesquisa tem o sentido da temporalidade, no sentido que não se trata do que ocorreu no passado, mas como a sociedade se comporta e muda no tempo. Por fim, outra especificidade seria uma visão de que o processo histórico em qualquer sociedade são realidades globais, todas as atividades realizadas pelo homem se relacionam e se entrelaçam com todas as sociedades. A História é sempre global.

Escola dos Analles -História Social

A História é ciência capaz de pensar permanências e mudanças das estruturas, o historiador trabalha não só com eventos, mas com tendências, regularidades. Como afirma Braudel, os eventos são como vaga-lumes na noite envolvente e densa da longa duração.

Esta visão da História como História-problema lança-a para seu aperfeiçoamento metodológico no diálogo com as ciências sociais, em oposição à história positivista.

A partir da década de 1950, dentro da discussão do alargamento do objeto, da interdisciplinaridade, o social se coloca presente nas análises, sendo encarado como o horizonte da disciplina da História, todos os níveis de abordagens estão inscritos no social.

De dentro da força e tradição dos Annales, como indica Hebe Castro, a História Social se constitui enquanto especialidade. Neste momento, há conflitos sociais, avanço das idéias socialistas, organização do movimento operário, e especificamente, na Inglaterra surge a História Social do Trabalho com uma ação política/coletiva como objeto.

As questões debatidas nos anos de 1960 dizem respeito ao comportamento e papel da ação humana, fenômenos sociais como a migração, greves, protestos, experiências do coletivo, o vivido.

Semelhante ao movimento dos Annales, o marxismo teve profunda influência na trajetória das ciências sociais, e da historiografia. No entanto, nenhum desses paradigmas se impôs na prática e teoria historiográficas, todos estes modelos foram se consolidando alternadamente no processo histórico.

Este debate sempre esteve latente e entre 1930-1970, há intensificação das polêmicas, sendo que no final dos anos de 1970, há uma crise geral dos paradigmas e nesta dinâmica, Edward Thompson escreve sua crítica à ortodoxia marxista em sua célebre obra "A miséria da teoria". Este período viveu uma efervescência intelectual que, segundo comenta Ariõstegui, nunca foi vista anteriormente.

Todos esses movimentos eram praticados de forma simultânea e aconteceu uma expansão na prática historiográfica na segunda metade do séc. XX.

O marxismo com sua teoria geral das sociedades em movimento e sua difusão supranacional, apresentava como eixo de análise as contradições sociais através do método do materialismo histórico, considerando que o homem é socialmente determinado pelas relações de produção, numa ênfase da base econômica superior à superestrutura.

Diversos autores marxistas lançam suas análises sobre os homens e as sociedades, sobre problemas gerais das histórias nacionais. Nomes como Pierre Vilar,Jean Cheneaux, Ernest Labrousse na França, Thompson, Cristopher Hill, Erick Hobsbaw na Inglaterra e Antônio Gramsci na Itália, contribuíram para o avanço e ampliação da visão historiográfica nos meandros do marxismo. Nesta dinâmica, a análise se alargou, houve o resgate dos significados que os homens dão a si mesmos e ao mundo. Valoriza-se a experiência de classe (e não só as lutas de classe), os processos vividos de migração (e não só estrutura da mobilidade social), enfim, as experiências comuns dos homens comuns. Esta maneira de pensar a História conduz a uma indagação feita por George Duby : haveria uma história que não a do social?

A História Social, portanto, ampliou o mapa do conhecimento histórico: incorporou temas novos, novos olhares para velhos problemas, substituiu a historia factual para estudos temáticos, ampliou a noção de documento. A partir dessas nuanças, Déa Fenelon em artigo “História Social e Cultura”, aponta que a História Social tem um papel subversivo, pois se ocupa da vida real, tem uma relação íntima com os sujeitos. Não é um modismo, e mantém relações próximas com os movimentos sociais, as práticas e experiências dos sujeitos. É uma História que busca conviver com o indeterminado, a diversidade, a pluralidade, visto que ninguém tem o monopólio do caminho a percorrer para construir o novo.

Na esteira de todo este debate a História Social nasceu no Brasil, acompanhando as polêmicas presentes em outros países. Nasce no contexto da implementação dos cursos de pós-graduação no país e num momento de consolidação da profissionalização do historiador. Cada vez mais há trabalhos e elaborações na perspectiva da História Social brasileira, sendo destaque os estudos de Florestan Fernandes que na década de 1960/70, fez a história social do negro e da escravidão. A História Social Colonial e da escravidão hoje, tem diálogo intenso com a historiografia afro-americana.

Os temas de estudos foram se alargando e a História Social da Família foi se constituindo como um campo específico na década de 1980 após pesquisas realizadas por sociólogos, antropólogos. Análises iniciais sobre estrutura familiar, fecundidade, como análise

teórica geral, passa a ser estudada do ponto de vista da pluralidade social dos arranjos familiares, da diversidade de concepção de família. A riqueza das elaborações e pesquisas deu origem a subgrupos com temas sobre a história das mulheres, da sexualidade, família escrava, etc. Também se deve considerar a ampliação do uso documental na década de 1990, com fontes como registros paroquiais, relatos, inventários que dá uma renovação aos trabalhos sobre os temas das famílias na dinâmica da sociedade.

Outro campo específico dentro da História Social é a tendência de revisão da análise sociológica sobre o processo de modernização brasileira no século XX, em especial sobre a experiência da vida urbana e o operariado. Estudos realizados até a década de 1980 com enfoque no controle social, na identidade operária e cidadania no espaço urbano, com viés sociológico, deu lugar a uma aproximação maior com a antropologia abordando questões como a vida dos operários dentro e fora das fábricas, seu cotidiano e sociabilidade em espaços fora do local de trabalho, etc... são estudos que visam a constituição do processo histórico de construção de identidades operárias e não como conseqüência automática da industrialização.

História Cultural

Desde o início do século XX a antropologia cultural lidava com a dimensão do simbólico para analisar a organização da sociedade e os homens, através de imagens, palavras, além dos registros materiais.

Estudiosos como Gramsci, Walter Benjamim, Michel Foucault, Michel de Certeau, Hayden White, Jacques Le Goff, Freud, Paul Veyne, Bachelard, Paul Ricouer contribuíram para a ruptura de paradigmas, além dos analisados anteriormente, e todos, como aponta Sandra Pesavento, são considerados precursores da História Cultural. Apresentam uma insatisfação aos modelos explicativos da realidade e alternadamente, delinearam novos rumos para a constituição de uma Nova História Cultural.

Este processo pode ser caracterizado como uma busca de respostas à complexidade da realidade hoje, a “era das dúvidas” na intenção da reinvenção do passado, do resgate dos sentidos conferidos ao mundo através de discursos, imagens, coisas...

Há uma “virada” nos estudos da História, onde, conforme indica Sandra Pesavento, existe um “boom” de trabalhos na área de cultura, chegando a 80% dos temas estudados na História, serem do campo da História Cultural.

As proposições da Nova História Cultural se colocam como um desafio de decifrar a realidade histórica do passado através das *representações*, busca chegar às formas discursivas e imagéticas produzidas/expressas pelos homens. São representações do acontecido, indícios, vestígios e o historiador reconstrói com as fontes os significados da vida elaborados pelos homens no passado, uma representação do já representado.

Feita toda essa arqueologia das grandes concepções que orientaram e construíram e desconstruíram visões históricas ditaram práticas, finalizemos aqui com uma discussão sobre a prática historiográfica brasileira, que por sua vez, não deve ser entendida diferente das produções que pelo mundo epistemológico nacional/internacional se concretizaram, uma vez que, tais narrativas não estavam fora do raio de influencia de cada concepção histórica evidenciadas nas páginas atrás.

Colocarmos nossa produção historiográfica em pauta para análise é percebermos nas palavras de Foucault: "*o sistema anônimo*" que orientou essa prática entre nossos historiadores em cada contexto, tornando-os, nas palavras de Marc Bloch "*homens de seus tempos*" em que tal sistema refletia em suas narrativas, estruturando-as e tecendo os tecidos que propuseram construir, legitimando suas idéias, nesse "*ato solene*" que antecede todo discurso e que o lugar social faz questão de explicitá-lo:

> "Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlado, relacionado organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjugar seus poderes e perigos, dominar se acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade".[6]

Na visão de nosso autor e que com certeza reflete a nossa, a prática historiográfica brasileira, assim com as demais, esteve sempre mergulhada nesse mar metodológico, de um domínio de objetos, um referencial de métodos, um quadro de proposições, um jogo de regras, que instrui e orienta uma escrita, organizado-a e lhe dando poder de legitimação, qualificando-a estabelecendo uma relação de poder inerente a todo discurso.

De início, no que se refere à prática historiográfica brasileira, cabe aqui levantar uma inquietação importante sobre nossa produção:

---

[6] FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7º Ed- São Paulo:Loyola, 1996.

> "A historiografia brasileira, rigorosamente, enxerga com muita dificuldade outras diversas e riquíssima forma de narrar a história, que se encontram fortemente arraigadas dentro do seu próprio horizonte de observação. Uma possível explicação para isso pode estar na própria história dessa historiografia, que, consoante à História do Brasil em que se insere, também foi ela "colonizada".[7]

Esta é uma observação importante para percebermos o caráter europeu dos nossos fundamentos teóricos/metodológicos brasileiros, levando-se em conta nossa "adoção" as concepções históricas européias, citadas no desenvolvimento desse trabalho. Para assim melhor situar nossa prática historiográfica dentro de cada concepção em pauta no mundo epistemológico aqui apresentado. Tal esforço nos levará de imediato ao encontro dos primeiros passos de nossa produção histórica, que por sua vez, se localiza no fim do século XIX. Nossa historiográfica oficial surgiu, no Brasil, como instituição dentro de um projeto de construção do Estado e de formação da nação ao longo do século XIX, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) de 1838 que objetivou construir e fundar a prática historiográfica brasileira em formação em dois mitos fundadores: o "Descobrimento" do Brasil (1500) e sua "Independência" política (1822). A obra premiada de Karl Friedrich Philipp Von Martius serviu nessa ocasião como ponto de partida para a construção de nossa história nacional, de caráter cientifico, em que o primeiro exemplo é, sem dúvida, a História Geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagem.

Não há dúvida de que a nossa prática historiográfica é fruto de textos e autores europeus, este contato marca nossa produção teórica. Tais concepções povoam o campo epistemológico mundial, e a cada momento se manifesta com suas continuidades e descontinuidades no seio de nosso campo disciplinar. O que nos levará aqui a posicionarmos cada produção dentro de um tempo e de um espaço. Não há como historicizarmos nossa prática historiográfica fora desses dois segmentos imbricados um ao outro, nada mais salutar do que considerar as observações de Certeau a respeito do lugar social de cada narrativa:

> "Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referencia; que este sistema permanece uma "filosofia"

---

[7] MALERBA,Jurandir.**Historiografia contemporânea em perspectiva crítica.** Org: Jurandir Malerba; Carlos Aguiar Rojas-Bauru. SP:EDUSC,2007.

> implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à "subjetividade" do autor".[8]

Tal citação ajuda a indicar que toda a nossa prática historiográfica está historicamente construída, em contato permanente com as grandes concepções históricas que foram por sua vez orientadas pelos paradigmas, segundo o grau de força que estes exerceram em cada contexto no qual se constituíram e se fixaram como grandes modelos interpretativos e explicativos do passado.

Se pensarmos na nossa produção, inerente ao século XIX, é possivel perceber uma narrativa orientada pela filosofia positivista de uma lei geral da sociedade, que contribuiu na formação de narrativa linear, cronológica e etapista, que por sua vez, refletiu e objetivou na formação de uma Estado nação, com seus marcos divisores e heróis fundadores e mitológicos do país. Prática esta que não visualizamos, não com tanta intensidade, na nossa produção da segunda metade do século XX; contudo, percebemos muitos legados historiográficos que o século XX herdou do século XIX, no entanto o que interpretamos é uma produção sócio-histórica em voga no contexto brasileiro na primeira metade do século XX, momento ai de cristalização de dois grandes paradigmas de forte influencia epistemológica (Marxismo e Annales).

Considerações

Não objetivamos aqui estabelecer um modelo analítico único, estático e absoluto para entendermos o processo histórico da construção epistemológica de nossas concepções e práticas. No entanto como o leitor percebe ao longo de nossa discussão por vezes assumimos certa linearidade na arqueologia aqui proposta; na busca das concepções históricas que fizeram parte do metier do historiador, contudo entendermos que a História se faz com movimento, continuidade, descontinuidades, legados e rupturas.

Afinal, a História trabalha com mudanças no tempo, pensar que isso não circunstancia a narrativa sobre o passado implicaria negar fundamentos históricos. A própria dialética do tempo seja passado e principalmente presente em que está inserido o especialista responsável pela a operação historiográfica, como nos aponta Antonio Gramsci: nossa personalidade é moldada pelo o ambiente em que vivemos e que nós

[8] CERTEAU, Michel.Op.Cit.p.67.

queremos modificá-lo, porém este mesmo reage sobre nós obrigando-nos a uma permanente autocrítica[9].

Não há como analisarmos as concepções e as práticas historiográficas sem levarmos em conta as peculiaridades e especificidades de nossa ciência: “para que haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente, proposições novas”,[10] o que nos leva a interpretar e identificar o caráter mutável inerente a História que se fizeram sempre presente ao seu campo de saber, influenciando, organizando (res)estruturando novas concepções históricas em cada época.

Portanto, nossa prática não têm como ser dissociada da operação historiográfica pertencente a cada lugar social que se (des)construiu discursivamente, sempre circunstanciadas pelas concepções históricas que pairavam sobre a mesa cirúrgica do historiador, construindo novos instrumento e excluíndo outras ferramentas, atualizando sempre, a partir do presente, novas tecnologias cirúrgicas, transformando-se também em um jogo, cujo as regras do jogo, encontram-se elas próprias em jogo. Reconhecer essa operação que se concretiza no bojo da nossa prática historiográfica é identificar as várias concepções históricas que se fizeram também presentes e que contribuíram na constituição de cada concepção.

Tais propostas levantadas até aqui faz lembrar, para finalizar, o mundo pós-moderno que vivemos hoje, em que as verdades absolutas não existem, o caráter relativo dos saberes e as incertezas da ciência são a grande voga do movimento, nas palavras de Michel Foucault: “*tenho plena consciência de que nunca escrevi outra coisa a não ser ficções*.” Não há como negligenciar que a nossa historiografia vive um momento em que se demonstra a metamorfose do que se considerava imóvel, fragmentam-se o que acreditavam unificado, apontam as diferenças daquilo que interpretavam homogêneo, “*não apenas com a relatividade dos discursos, mas com a relatividade da própria realidade*”. Rompendo com a concepção cientificista e racionalista moderna e instituindo um novo paradigma calcado nas artes, nas palavras de Durval:“se a vida é amiga da arte, enquanto houver e quisermos vivê-la de forma cada vez melhor, precisaremos da arte, da arte de inventar

---

[9] GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**.7ºed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.S.A,1995.

[10] FOUCAULT, Michel.Op.Cit.p.30.

novos mundos possíveis, inclusive da arte de inventar o passado". [11]

No entanto cabe ao historiador (cirurgião) a decisão de quais ferramentas e como utilizá-las em sua operação, se vai realizar-las a partir de técnicas pós-modernas: orientado por todo um procedimento artístico em que se instauram as premissas do relativismo, em que o conhecimento e a realidade não se assemelham, mas se adaptam funcionalmente, ou se prefere apossar-se de metodologias modernas em que o ceticismo é deixado de lado e se crê em uma lógica própria inerente a sua operação, que por sua vez culmina com um resultado adequado a esta. Ou outras possibilidades....

Como assinala Julio Arostegui em *a pesquisa histórica, n*os anos 80 do século XX há uma fragmentação da história que implica uma crise de paradigmas não só nas ciências humanas, mas também na física (se divide em quântica, etc...), esta crise é alertada como antiestrutural, antiglobalizante e incorpora aspectos do mundo moderno com a globalização, as novas tecnologias, o que incidiu em pesquisas na área de marketing e comunicação, com fontes novas: blogs, sites, trabalhos de digitadores, novas doenças, novo cotidiano, etc.. Ao lado destas, continua a pesquisa histórica com documentos impressos, fontes de arquivos, arqueológicas, orais, biográficas, audiovisuais.

No texto "Considerações sobre o método" In *Fontes históricas* Jorge Grespan apresenta algumas considerações a respeito do método do trabalho historiográfico e o papel do historiador. Inicialmente aborda que a postura de neutralidade diante do objeto exigida no início das pesquisas com influência da escola metódica, não é incorporada/considerada pelo historiador. Pensar estes pontos nos remete a historicidade e a configuração do conhecimento histórico através dos séculos, na compreensão que a atividade científica é um produto humano e por isso uma realidade sócio-histórica.

Assim, o método, o caminho escolhido para a investigação não está separado do "resultado" ou da escrita, o final de um trabalho. A teoria, não está separada do método. Não há separação entre o teórico e prático, o método não é neutro, o sujeito constrói o conhecimento e não há uma objetividade pura.

Isto posto convém reafirmar o que assinala Julio Arostegui em "A pesquisa histórica": o historiador tem a função de teorizar sobre a História, pensar em como esta se desenvolveu, de que forma constituiu-se, pensar sobre o seu objeto (ações realizadas, a

---

1

[1] ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de.**História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de Teorias da história.Bauru-SP:EDUSC,2007.

história acontecimento) e como se manifesta o histórico frente a nossa experiência, ou seja, uma análise da construção da disciplina que estuda a História (discurso científico sobre o passado, história conhecimento).

A História deve ser pensada de forma múltipla, lançar o olhar em conjunto para os objetos, métodos, documentação, durante todo o processo de pesquisa e a forma de utilizar tudo isso em sala de aula. É importante então compreender que as questões teórico-metodológicas que norteiam o trabalho do historiador fazem parte do próprio resultado do seu trabalho: a opção por uma abordagem da metodologia, por determinados autores e conceitos já constituem a essência do trabalho realizado.